IPDAL 20 anos
Latin America & Beyond

V EPEPE

ENCONTRO DE POLÍTICA EXTERNA
E PENSAMENTO ESTRATÉGICO

POLICY PAPER

Democracia sob Pressão e Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas

10 e 11 de julho de 2026

Academia de Artes do Estoril
Av. das Acácias 2, 2765-294 Estoril

PARTNERS

CASCAIS
CÂMARA MUNICIPAL

KONRAD ADENAUER STIFTUNG

CPLP
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

KAICIID
DIALOGUE CENTRE

CONTEÚDOS

3 RESUMO EXECUTIVO

5 RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS

7 PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

14 DEMOCRACIA SOB PRESSÃO

19 *EMERGING VOICES & TRIANGULAR YOUTH SYMPOSIUM*

21 EPEPE V *CALL TO ACTION*

DEMOCRACIA SOB PRESSÃO E PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

V Encontro de Política Externa e Pensamento Estratégico | 10-11 de julho de 2026

Lista de abreviaturas:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EPEPE - Encontro de Política Externa e Pensamento Estratégico
IA - Inteligência Artificial
KAICIID - Centro Internacional para o Diálogo Inter-religioso e Intercultural
NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

1. Resumo Executivo

A quinta edição do **Encontro de Política Externa e Pensamento Estratégico** (EPEPE) realizou-se num contexto marcado pela intensificação da competição entre grandes potências, pela persistência de conflitos armados, pelas dificuldades do sistema multilateral, pela pressão sobre as democracias e pela rápida transformação tecnológica. O encontro estruturou-se em torno de dois eixos centrais: **Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas**, perante o mandato português para 2027-2028, e **Democracia sob Pressão**, centrado na capacidade das democracias para preservar legitimidade, confiança e eficácia.

No primeiro eixo, o debate evidenciou que a influência de Portugal depende menos da sua dimensão material e mais da sua **credibilidade diplomática**, **experiência multilateral, centralidade atlântica e capacidade de interlocução entre diferentes regiões.** Os participantes defenderam um mandato focado em áreas onde Portugal possa acrescentar valor, nomeadamente na **prevenção de conflitos, segurança marítima e proteção de infraestruturas críticas, segurança humana, cooperação com África e a CPLP e reforço do multilateralismo.**

A discussão apontou igualmente para uma política externa capaz de conjugar **consistência nos princípios e flexibilidade diplomática**, preservando capacidade própria de análise, canais de diálogo e uma função de ponte bidirecional entre os espaços europeu, africano, latino-americano, caribenho e lusófono.

No eixo dedicado à democracia, a reflexão centrou-se na **capacidade das instituições para responder às circunstâncias dos cidadãos**. Polarização, desigualdade, erosão da confiança e perceção de ineficácia institucional foram identificadas como fragilidades, agravadas pela transformação tecnológica. A resposta exige maior investimento em **pensamento crítico, literacia mediática e digital, capacitação institucional e participação cívica.**

Cascais, Democracia e Política Externa

O segundo dia, através das ***Emerging Voices & Triangular Youth Symposium***, acrescentou uma perspetiva geracional aos dois pilares. Educação, acesso à informação, mobilidade e participação jovem surgiram como prioridades. Nos workshops apoiados pelo KAICIID, dedicados à **educação inclusiva** e à **cooperação intercontinental**, foram formuladas recomendações para reduzir desigualdades, reforçar o pensamento crítico e aprofundar a cooperação entre jovens de África, Europa e América Latina e Caraíbas.

O V EPEPE deixou uma mensagem transversal: **a legitimidade exige capacidade de ação**. Para Portugal, isso significa transformar capital diplomático em resultados. Para as democracias, reforçar a capacidade de resposta. E para os jovens, converter participação em envolvimento duradouro e significativo.



2. Recomendações prioritárias da 5.ª edição do EPEPE

Portugal no Conselho de Segurança

• **Concentrar o mandato num conjunto limitado de prioridades:** selecionar dossiers em que Portugal possua conhecimento, redes, legitimidade e capacidade de produzir resultados durante o biénio 2027-2028.

• **Transformar credibilidade diplomática em iniciativa:** combinar coerência nos princípios com flexibilidade na construção de consensos e na interlocução com diferentes atores.

• **Desenvolver uma agenda de segurança marítima e infraestruturas críticas:** aproveitar a centralidade atlântica portuguesa para promover cooperação em matéria de cabos submarinos, conectividade, liberdade de navegação e proteção de infraestruturas estratégicas.

• **Reforçar prevenção de conflitos e segurança humana:** privilegiar instrumentos de antecipação, mediação e consolidação da paz em áreas onde Portugal detenha experiência ou redes relevantes.

• **Operacionalizar a função de ponte entre regiões:** utilizar relações com África, CPLP e América Latina e Caraíbas como mecanismos de consulta e circulação de perspetivas, e não apenas de projeção externa.

• **Contribuir para um multilateralismo mais eficaz e representativo:** apoiar medidas concretas que reforcem transparência, responsabilização, cooperação regional e participação de regiões sub-representadas.

• **Mobilizar instrumentos de *Smart Power*:** articular diplomacia tradicional com cultura, juventude, tecnologia e inovação.





Resiliência Democrática

- **Reaproximar legitimidade democrática e capacidade institucional**: assegurar que direitos e procedimentos são acompanhados por políticas públicas capazes de responder às preocupações concretas dos cidadãos.
- **Tratar a transformação tecnológica como questão democrática estrutural**: reforçar pensamento crítico, literacia mediática e digital e capacidade institucional perante inteligência artificial, desinformação e poder das plataformas.
- **Alargar os canais de participação cívica:** facilitar a interlocução entre instituições, sociedade civil, estruturas locais, associações e organizações juvenis.
- **Preservar espaços de diálogo e reconciliação**: assegurar que polarização e conflito político não eliminam a possibilidade de compromisso e coexistência.
- **Relacionar democracia, desenvolvimento e inclusão:** reconhecer que desigualdades, insegurança e ausência de oportunidades podem afetar a confiança nas instituições.



Novas gerações e cooperação intercontinental

- **Institucionalizar a participação jovem:** criar mecanismos regulares de envolvimento das novas gerações em debates sobre política externa, democracia e cooperação.
- **Reduzir barreiras à mobilidade e aos intercâmbios:** atuar sobre obstáculos financeiros, administrativos, linguísticos, tecnológicos e migratórios.
- **Reforçar educação inclusiva e pensamento crítico:** preparar os jovens para a transformação tecnológica sem comprometer autonomia intelectual e capacidade de avaliação.
- **Transformar encontros em redes duradouras:** consolidar ligações entre jovens de África, Europa e América Latina e Caraíbas e criar mecanismos permanentes de contacto.

3. Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas

Uma marca diplomática assente em foco e credibilidade

Portugal assumirá o mandato num contexto internacional marcado por maior competição entre grandes potências, conflitos prolongados e dificuldades recorrentes na construção de consensos. Ucrânia, Médio Oriente, Indo-Pacífico, Sahel, Golfo da Guiné, ameaças híbridas, infraestruturas críticas e tecnologias emergentes configuram uma agenda ampla que coloca particular pressão sobre os membros não permanentes. Perante esta realidade, uma das ideias mais consistentes do debate foi que **Portugal não deverá procurar compensar a sua dimensão através da amplitude da agenda**. A influência de um Estado de média dimensão pode resultar da sua capacidade de especialização, da confiança que inspira e da qualidade das relações que consegue mobilizar.

A credibilidade portuguesa foi entendida, por isso, como um recurso operacional. A previsibilidade nos princípios, a experiência multilateral e a capacidade de manter interlocução com diferentes atores podem facilitar entendimentos e permitir que Portugal acrescente valor em dossiers onde os principais protagonistas se encontram bloqueados entre si. O principal risco identificado foi a dispersão. Um mandato de dois anos exige uma relação clara entre **prioridades, recursos, parceiros e resultados pretendidos**. A ambição deverá medir-se menos pela quantidade de temas assumidos e mais pela capacidade de produzir efeitos reconhecíveis nos domínios escolhidos.

Linhas de ação identificadas

- **Selecionar um número reduzido de prioridades:** concentrar recursos em áreas nas quais existam experiência, redes e margem efetiva para acrescentar valor.
- **Definir resultados concretos para cada prioridade:** associar os grandes objetivos a iniciativas, parceiros e resultados que possam ser acompanhados ao longo do mandato.
- **Preparar antecipadamente a ação diplomática:** utilizar o período anterior ao mandato para mapear posições, identificar convergências e construir coligações.
- **Evitar dispersão de capital diplomático:** avaliar novas iniciativas em função da sua contribuição para as prioridades centrais definidas.

Princípios, alianças e margem de interlocução

A inserção de Portugal na União Europeia e na NATO enquadra estruturalmente a sua política externa. O debate distinguiu, contudo, entre **coerência estratégica e automatismo diplomático.**

A crescente rivalidade entre Estados Unidos e China tornou esta questão particularmente evidente. As intervenções não defenderam equidistância entre alianças e parceiros, mas sublinharam a importância de preservar capacidade própria de análise e espaço suficiente para dialogar com atores cujas posições não coincidam com as portuguesas.

Direito internacional, multilateralismo, resolução pacífica dos conflitos e cumprimento das obrigações internacionais podem, neste contexto, constituir referências estáveis. A consistência nesses princípios não exige rigidez nos instrumentos utilizados para os concretizar.

Num Conselho polarizado, a capacidade de Portugal falar com diferentes partes pode ser um ativo, desde que essa interlocução permaneça ancorada em compromissos claros e numa leitura própria dos interesses e responsabilidades nacionais.

Linhas de ação identificadas

- **Preservar consistência nos princípios fundamentais:** ancorar a ação portuguesa no direito internacional, multilateralismo e resolução pacífica dos conflitos.
- **Evitar automatismos na leitura dos dossiers:** assegurar capacidade nacional de análise perante cada negociação.
- **Manter canais com diferentes interlocutores:** utilizar a credibilidade portuguesa para preservar diálogo mesmo em contextos de forte polarização.
- **Reforçar conhecimento estratégico próprio:** acompanhar sistematicamente interesses, prioridades e dinâmicas dos diferentes membros do Conselho.

Atlântico, segurança marítima e infraestruturas críticas

A segurança marítima destacou-se como um dos domínios em que os interesses portugueses mais claramente convergem com desafios internacionais emergentes.

A posição atlântica de Portugal permite articular **liberdade de navegação, rotas comerciais, conectividade digital, segurança energética, proteção de infraestruturas críticas e cooperação com Estados costeiros**. Neste contexto, os cabos submarinos receberam atenção particular.

A dependência contemporânea das infraestruturas digitais transformou esses cabos em ativos estratégicos. A vulnerabilidade das redes que ligam Europa, África e continente americano confere a Portugal, pela sua posição geográfica e experiência atlântica, uma base concreta para contribuir para a agenda internacional de resiliência e segurança da conectividade.

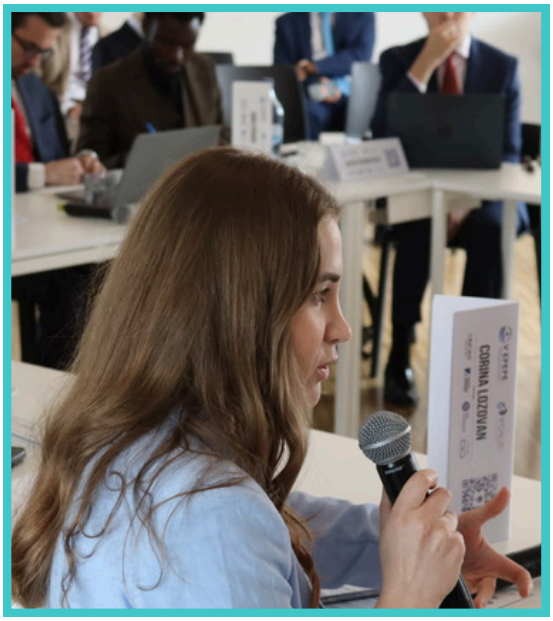
Esta dimensão pode ser aprofundada através da valorização dos **Açores como ativo geoestratégico português**. Já no IV EPEPE havia sido salientada a relevância do arquipélago para a segurança transatlântica, as comunicações digitais e os cabos submarinos. No contexto do próximo mandato no Conselho de Segurança, esta posição oferece uma base concreta para associar a agenda atlântica portuguesa à proteção das infraestruturas que sustentam a conectividade entre continentes.

O debate mostrou igualmente que uma agenda marítima deverá ultrapassar uma leitura estritamente militar. A segurança marítima está diretamente ligada a comércio, desenvolvimento, tecnologia, energia e estabilidade das comunidades costeiras.





3. Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas





Linhas de ação identificadas

- **Estruturar uma agenda portuguesa de segurança marítima**: articular liberdade de navegação, proteção de rotas e cooperação atlântica.
- **Dar centralidade às infraestruturas críticas**: integrar cabos submarinos e conectividade digital nas prioridades de segurança internacional.
- **Valorizar os Açores na estratégia atlântica portuguesa:** explorar a sua posição geoestratégica enquanto ponto de ligação entre segurança, conectividade digital e cooperação transatlântica.
- **Ligar segurança e desenvolvimento**: incorporar cooperação com parceiros africanos e costeiros, evitando uma abordagem exclusivamente securitária.
- **Converter posição geográfica em iniciativa multilateral:** mobilizar parceiros em torno de propostas concretas sobre resiliência da conectividade atlântica.

Europa, África, CPLP e América Latina: uma ponte em dois sentidos

A multiplicidade das pertenças portuguesas foi considerada uma das vantagens comparativas da sua política externa. União Europeia, NATO, CPLP e relações ibero-americanas oferecem canais que permitem a Portugal operar em diferentes espaços institucionais e geográficos.

O debate alertou, porém, para o risco de a referência a Portugal como "ponte" permanecer exclusivamente discursiva. Para produzir influência, essa função deverá ser bidirecional. Portugal pode projetar posições e prioridades europeias junto de parceiros externos, mas deverá também utilizar o seu acesso aos espaços europeu e multilateral para transmitir preocupações recolhidas junto de parceiros africanos, latino-americanos, caribenhos e lusófonos.

Neste domínio, a 5.ª edição do EPEPE permite aprofundar uma proposta já formulada na edição anterior: uma "diplomacia de corredores", orientada para promover a ligação entre Europa, África e América Latina através das redes e da posição internacional portuguesa. Mais do que uma metáfora geográfica, esta abordagem pressupõe criar mecanismos concretos de circulação de prioridades, conhecimento, atores e iniciativas entre as três regiões.

África assumiu especial relevância. Prevenção de conflitos, segurança humana, governação, capacitação e cooperação institucional foram áreas identificadas onde redes existentes podem ser mobilizadas. A mesma lógica se aplica à América Latina e Caraíbas: a ligação inter-regional só adquire significado quando sustentada por consulta e circulação efetiva de prioridades. Esta abordagem pode também beneficiar de uma lógica de Smart Power, combinando os instrumentos tradicionais da diplomacia com cultura, juventude, tecnologia e inovação.





3. **Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas**

Linhas de ação identificadas

- **Criar mecanismos regulares de auscultação:** aprofundar consultas com parceiros africanos, latino-americanos, caribenhos e lusófonos.
- **Operacionalizar a função de ponte:** fazer circular posições e prioridades em ambos os sentidos entre diferentes espaços regionais.
- **Aprofundar a articulação com a CPLP:** explorar áreas concretas de cooperação entre a Comunidade, as Nações Unidas e outras estruturas multilaterais.
- **Mobilizar instrumentos de *Smart Power*:** articular diplomacia tradicional com juventude, cultura, tecnologia, conhecimento e inovação.
- **Basear representação em consulta:** evitar assumir prioridades de outras regiões sem processos prévios de escuta e articulação.







Reformar o multilateralismo através da eficácia

A discussão refletiu uma posição simultaneamente crítica e defensora do multilateralismo. As Nações Unidas foram consideradas indispensáveis, mas a sua legitimidade é afetada quando as instituições deixam de refletir adequadamente a distribuição contemporânea de poder ou não conseguem responder às crises.

A composição do Conselho de Segurança, o exercício do veto e a insuficiente representação de determinadas regiões foram temas recorrentes. As intervenções discutiram a necessidade de aumentar a responsabilização política associada ao veto e de reconhecer que a arquitetura institucional existente não acompanha integralmente a evolução do sistema internacional.

Ao mesmo tempo, reconheceu-se a dificuldade de uma reforma estrutural. Daí ter emergido uma orientação pragmática: combinar a defesa de transformações mais profundas com **melhorias concretas de transparência, prevenção, coordenação e capacidade de resposta**.

Linhas de ação identificadas

- **Apoiar reformas concretas e realizáveis:** avançar medidas de transparência e responsabilização mesmo quando mudanças estruturais permaneçam bloqueadas.
- **Reforçar a responsabilidade associada ao veto:** apoiar maior escrutínio político e contenção na sua utilização, especialmente em crises graves.
- **Aprofundar cooperação com organizações regionais:** utilizar capacidades regionais para reforçar prevenção, mediação e implementação.
- **Ampliar perspetivas sub-representadas:** contribuir para maior expressão de África e de outras regiões do Sul Global no debate multilateral.







4. Democracia sob Pressão

Da legitimidade à capacidade de responder

O debate partiu de uma questão particularmente exigente: **é suficiente defender a democracia pela força dos seus princípios se as instituições deixarem de ser percecionadas como capazes de responder aos problemas concretos das pessoas?**

Foram identificadas pressões internas e externas. Internamente, polarização, desigualdade, desconfiança institucional, fragilidade dos mecanismos tradicionais de representação e dificuldade de resposta a crises sucessivas. Externamente, a competição com sistemas políticos que procuram projetar uma imagem de maior rapidez decisória e capacidade de mobilização estratégica.

O debate não contrapôs democracia e eficácia. A questão foi antes como assegurar que os valores democráticos são acompanhados por **instituições competentes, políticas públicas compreensíveis e resultados reconhecíveis pelos cidadãos.**

4. Democracia sob Pressão

A confiança depende também da convicção de que participar pode produzir impacto. Quando os cidadãos deixam de sentir que conseguem influenciar decisões ou melhorar as suas circunstâncias através dos mecanismos democráticos, aumenta o espaço para discursos de rejeição do próprio sistema.

Linhas de ação identificadas

- **Reaproximar legitimidade e desempenho institucional:** reforçar a capacidade das instituições para responder de forma eficaz às necessidades das sociedades.
- **Investir na capacidade técnica do Estado:** melhorar formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.
- **Simplificar a relação entre cidadãos e instituições:** reduzir opacidade, complexidade excessiva e distância institucional.
- **Avaliar políticas a partir das circunstâncias concretas:** incorporar melhor diferenças económicas, sociais e territoriais.





Tecnologia, desinformação e inteligência artificial

A transformação do ambiente informacional foi uma das preocupações mais transversais do encontro.

As plataformas digitais alteraram a forma como cidadãos recebem informação, formam opiniões e participam no debate público. A velocidade de circulação dos conteúdos, a fragmentação das audiências e a possibilidade de manipulação em grande escala criaram novas vulnerabilidades para sistemas democráticos tradicionalmente dependentes de um espaço público minimamente partilhado.

A inteligência artificial acrescenta uma dimensão adicional. Para além da produção de conteúdos falsos ou manipulados, foram manifestadas preocupações sobre a progressiva delegação de processos de raciocínio em ferramentas automatizadas. Esta dimensão foi especialmente retomada pelos participantes jovens: uma sociedade menos preparada para questionar, verificar e interpretar torna-se também mais vulnerável à manipulação.

A resposta discutida não se limita, por isso, à regulação ou remoção de conteúdos. A resiliência democrática exige simultaneamente **instituições capazes de compreender as novas tecnologias e cidadãos capazes de navegar criticamente no novo ecossistema informacional.**

Linhas de ação identificadas

- **Reforçar literacia mediática, informacional e digital:** desenvolver capacidade para verificar fontes, interpretar informação e reconhecer manipulação.
- **Colocar pensamento crítico no centro da educação:** preparar os cidadãos para utilizar tecnologia sem abdicar da autonomia intelectual.
- **Aumentar a responsabilização dos atores tecnológicos:** adaptar instrumentos regulatórios e institucionais à influência crescente das plataformas.
- **Capacitar as instituições para acompanhar a IA:** assegurar conhecimento técnico suficiente para avaliar riscos e oportunidades de forma informada.

Participação, representação e reconciliação

Outro eixo central foi a **distância entre cidadãos e estruturas de decisão**.

Os partidos permanecem fundamentais para a democracia representativa, mas o debate alertou para o risco de sistemas políticos excessivamente fechados sobre as suas próprias organizações. A perceção de que decisões relevantes são tomadas em círculos inacessíveis pode alimentar desconfiança e criar terreno para discursos que apresentam o conjunto do sistema como incapaz de representação.

Organizações da sociedade civil, associações, sindicatos, estruturas juvenis e mecanismos locais de participação foram identificados como possíveis pontes entre instituições e sociedade.

O diálogo foi igualmente valorizado como instrumento de reconstrução da confiança. A democracia não elimina conflito ou divergência. A sua resiliência depende da capacidade de processar essas diferenças sem destruir o espaço comum.

Neste sentido, a ideia de **reconciliação** surgiu como relevante para preservar canais de convivência, negociação e compromisso entre posições diferentes.

Linhas de ação identificadas

- **Abrir canais regulares de participação:** aproximar instituições, associações, sociedade civil e cidadãos.
- **Complementar a representação tradicional:** integrar novas formas de participação sem substituir os mecanismos eleitorais e institucionais.
- **Reforçar a dimensão local da democracia:** utilizar proximidade e participação comunitária como instrumentos de reconstrução de confiança.
- **Preservar espaços de reconciliação:** garantir que a polarização não elimina a possibilidade de compromisso e convivência.

Democracia, desenvolvimento e contexto

A discussão sublinhou que a resiliência democrática não pode ser separada das condições económicas e sociais.

Quando parcelas significativas da população vivem em insegurança, ausência de oportunidades ou deterioração das condições de vida, a confiança nas instituições pode ser afetada. Esta constatação não procura diminuir a importância dos direitos políticos. Em vez disso, reforça a necessidade de assegurar que a democracia possui capacidade de produzir **progresso, inclusão e perspetivas de futuro.**

As intervenções relativas a experiências africanas acrescentaram uma segunda dimensão: as instituições não operam num vazio histórico ou cultural. Modelos democráticos devem conseguir dialogar com diferentes contextos sociais, evitando a simples transposição de soluções institucionais concebidas noutros ambientes.

Essa atenção às circunstâncias não implica relativizar princípios fundamentais. O desafio reside sempre em conciliar o Estado de Direito, a dignidade humana, os direitos e a participação com instituições capazes de responder às especificidades de cada sociedade.

Linhas de ação identificadas

- **Integrar desenvolvimento e inclusão na agenda democrática:** reconhecer a relação entre condições materiais, oportunidades e confiança institucional.
- **Adaptar respostas aos contextos locais:** evitar soluções uniformes desligadas de realidades históricas, culturais e sociais.
- **Preservar princípios comuns:** combinar adaptação institucional com Estado de Direito, direitos e participação política.
- **Tornar os resultados das políticas mais visíveis:** reforçar a perceção de que as instituições conseguem produzir mudanças concretas.

5. Emerging Voices & Triangular Youth Symposium

O segundo dia da 5.ª edição do EPEPE acrescentou uma **perspetiva geracional** aos dois grandes temas discutidos pelo Fórum de Vozes Estratégicas, no primeiro dia do evento. O objetivo foi reinterpretar os desafios da política externa e da democracia a partir das experiências e prioridades das novas gerações.

Na reflexão sobre **Portugal no Conselho de Segurança**, os participantes aproximaram os grandes debates estratégicos de questões como representação, participação internacional, cooperação e ligação entre regiões. A política externa foi entendida não como mero domínio dos Estados, mas também como um espaço no qual universidades, organizações juvenis, sociedade civil e redes profissionais podem aprofundar relações entre sociedades.

A discussão reforçou, em particular, a importância de Portugal utilizar as suas ligações com **África, CPLP e América Latina e Caraíbas** de forma mais concreta. A função de ponte voltou a surgir, mas associada à necessidade de criar oportunidades efetivas de contacto, intercâmbio e circulação de conhecimento, sobretudo entre os mais jovens.

No eixo **Democracia sob Pressão**, as preocupações aproximaram-se ainda mais da experiência quotidiana dos jovens. Redes sociais, desinformação, inteligência artificial, pensamento crítico e dificuldade de identificar informação credível assumiram particular relevância. A participação cívica foi igualmente destacada. As organizações juvenis e associações precisam de canais que lhes permitam chegar aos espaços de decisão e não apenas participar em momentos ocasionais de consulta.

Esta lógica encontrou continuidade no **Triangular Youth Symposium**. A implementação concretizou-se em **dois workshops paralelos**, dedicados à educação inclusiva e à cooperação intercontinental, mantendo valores democráticos, inclusão, diálogo e participação jovem como dimensões transversais.

5. *Emerging Voices & Triangular Youth Symposium*

No primeiro workshop, foram identificadas desigualdades no acesso à educação e à tecnologia, dificuldades de mobilidade académica, fragilidades dos modelos de avaliação, insuficiente promoção do pensamento crítico e desafios colocados pela inteligência artificial. Foi também defendida uma maior representação de diferentes realidades históricas e culturais nos sistemas educativos.

No segundo, a atenção incidiu sobre mobilidade, intercâmbios e redes entre jovens de **África, Europa e América Latina e Caraíbas**. Barreiras financeiras, administrativas, linguísticas e migratórias continuam a limitar a participação internacional. A criação de uma plataforma digital destinada a divulgar oportunidades e facilitar contactos foi uma das propostas apresentadas.

Deste modo, a principal contribuição das Emerging Voices consistiu em aproximar os grandes desafios institucionais de condições concretas de participação: **formação, acesso, mobilidade, informação e redes.**

Linhas de ação identificadas

- **Institucionalizar a participação jovem:** criar oportunidades regulares de envolvimento em debates de política externa, democracia e cooperação internacional.
- **Reforçar pensamento crítico e literacia digital:** preparar as novas gerações para lidar com desinformação, inteligência artificial e fragmentação informacional.
- **Reduzir barreiras à mobilidade:** ampliar o acesso a intercâmbios através da redução de obstáculos financeiros, administrativos, linguísticos e migratórios.
- **Construir redes intercontinentais permanentes:** transformar encontros pontuais em relações continuadas entre jovens de África, Europa e América Latina e Caraíbas.
- **Promover uma educação mais inclusiva e representativa:** reduzir assimetrias tecnológicas e integrar diferentes perspetivas culturais nos processos educativos.
- **Ligar participação a resultados:** garantir que as recomendações dos jovens contribuem para documentos, programas e iniciativas posteriores.

6. EPEPE V - *Call to Action*

A 5.ª edição do EPEPE, Encontro de Política Externa e Pensamento Estratégico, identificou dois desafios que deverão ser enfrentados em paralelo. Portugal prepara-se para assumir responsabilidades acrescidas no Conselho de Segurança num sistema internacional fragmentado; simultaneamente, as democracias enfrentam pressões internas relacionadas com perda de confiança, polarização, transformação tecnológica, desigualdade e afastamento entre cidadãos e instituições.

A resposta desenhada pelo encontro assenta, por isso, numa lógica dupla: **reforçar a capacidade de ação externa de Portugal e fortalecer, em paralelo, a resiliência democrática das sociedades e instituições**. O EPEPE V *Call to Action* propõe uma trajetória em três fases.

Fase I - Preparar e alinhar | 2026 - início de 2027

- **Traduzir as conclusões da 5.ª edição do EPEPE em prioridades operacionais:** selecionar os objetivos centrais para o mandato português no Conselho de Segurança e para a agenda de resiliência democrática.

Fase II - Executar e projetar | 2027-2028

- **Transformar prioridades em resultados identificáveis:** concentrar capital político e diplomático nas áreas previamente definidas, evitando dispersão.
- **Mobilizar redes e construir coligações:** utilizar as relações europeias, atlânticas, lusófonas, africanas e latino-americanas para facilitar entendimentos e ampliar o alcance das iniciativas portuguesas.
- **Associar influência externa e resiliência interna:** combinar ação multilateral com medidas que reforcem participação, capacidade institucional e confiança democrática.
- **Dar continuidade à dimensão intergeracional e inter-regional:** assegurar que jovens, sociedade civil e parceiros de diferentes regiões participam de forma regular nos processos desenvolvidos.

Fase III - Consolidar e deixar legado | pós-2028

- **Avaliar resultados e institucionalizar o que funcionou:** identificar iniciativas, redes e mecanismos que justifiquem continuidade para além do mandato.
- **Converter experiência em capacidade permanente:** incorporar conhecimento, relações e metodologias adquiridos nas instituições portuguesas.

6. EPEPE V - *Call to Action*

- **Preservar redes de diálogo e cooperação:** assegurar continuidade às ligações criadas entre Europa, África e América Latina e Caraíbas.

- **Dar continuidade aos mecanismos de participação:** consolidar espaços como o Triangular Youth Symposium e outros formatos de auscultação cívica e intergeracional.

A política externa e a resiliência democrática devem ser encaradas como dimensões interligadas. O período que se inicia com o mandato português no Conselho de Segurança oferece uma oportunidade para avançar simultaneamente nestas duas frentes.

Esta lógica de **preparar, executar e consolidar** deverá reforçar a influência externa de Portugal e aprofundar as condições internas que sustentam a sua credibilidade, nomeadamente através da confiança, da participação, da capacidade institucional, do diálogo e do compromisso democrático.





IPDAL
Latin America & Beyond

Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas

Endereço
Av. Sidónio Pais 26 – R/C Esq
1050-215 Lisboa, Portugal

Contacto
(+351) 211 947 207

E-mail
geral@ipdal.org

Redes Sociais
Facebook
Instagram
Twitter
LinkedIn
YouTube

Equipa de Design
Catarina Calé
Inês Cavaco
Clara Ryder

Equipa de Investigação
Afonso Vilan
Carlota Viegas

Revisão e Edição
Catarina Calé